

Exmo. Senhor Presidente
da Câmara Municipal de Chaves

PEDIDO DE DISPENSA DA PRESTAÇÃO DE GARANTIA COM FUNDAMENTO EM SITUAÇÃO FINANCEIRA PRECÁRIA

IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO (preencher em letra maiúscula)

Número		Tributo	
--------	--	---------	--

REQUERENTE

Nome				
Estado Civil				
Morada				
Freguesia	Código Postal		Localidade	
N.º Ident. Fiscal	N.º B.I./C.C.		Válido até	
Telefone	Telemóvel		Outro	
E-mail				

Autorizo o envio de notificações por: ☐ SMS ☐ Correio eletrónico

Na qualidade: ☐ Executado ☐ Requerente

PEDIDO

O requerente/executado, supra identificado, vem, nos termos dos artigos 52.º da LGT e 170.º do CPPT, ambos na redação atual, requerer que lhe seja autorizada a dispensa da prestação de garantia, no âmbito do processo de execução melhor identificado em epígrafe.

Este pedido justifica-se pelo facto de a exigência de prestação de garantia com a finalidade de obter a suspensão a execução fiscal vir a causar prejuízo irreparável, atendendo à sua difícil situação financeira, atestada pela Declaração de IRS/IRC do último ano, bem como

Por outro lado, a(o) ora Requerente/Executado tem uma manifesta falta de meios económicos revelada pela insuficiência de bens penhoráveis para o pagamento da dívida exequenda e acrescido, sem quaisquer responsabilidades da executada.

Valor da garantia €

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

O Município de Chaves, responsável pelo tratamento dos dados deste documento, e eventuais anexos, informa que:

- Contacto do Encarregado de Proteção de Dados epd@chaves.pt;
- A finalidade do tratamento dos dados pessoais é a expressa no presente documento e eventuais anexos;
- O fundamento legal desse tratamento é o fornecimento de bens e/ou prestação de serviços, e o cumprimento das obrigações contratuais e legais daí decorrentes na prossecução do interesse público e exercício de autoridade pública;



- d) Os dados serão tratados por entidades terceiras/subcontratantes apenas por força de disposição legal ou por estrita necessidade da efetivação das finalidades referidas;
- e) Os dados pessoais recolhidos, serão somente conservados pelo tempo estritamente necessário ou cumprimento de prazo fixado por Lei;
- f) O titular dos dados pode exercer os direitos previstos no referido RGPD, designadamente o direito de informação, de acesso, de retificação, de apagamento, de limitação do tratamento, de portabilidade, de oposição e de reclamação para autoridade de controlo - Comissão Nacional de Proteção de dados - e-mail: geral@cnpd.pt, sem prejuízo das finalidades e prazos de conservação acima referidos;
- g) A comunicação dos dados pessoais recolhidos constitui, requisito de cumprimento da finalidade indicada, e/ou obrigação legal e contratual, pelo que o titular está obrigado a fornecê-los e a atualizá-lo.

O subscritor, sob compromisso de honra e estando consciente de incorrer em eventual responsabilidade penal caso preste falsas declarações, declara que os dados constantes do presente requerimento correspondem à verdade.

PEDE DEFERIMENTO

Assinatura

Data

NOTAS

Os Serviços do Atendimento

Data

